



Luiz Inácio da Lula a Silva

— Torneiro mecânico, 44 anos foi o líder da primeira grande greve que ocorreu nos governos militares: em 79, quando começava o governo Figueiredo, os metalúrgicos do ABC paulista cruzaram os braços por mais de 60 dias. O fato provocou a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos e o presidente da entidade, Lula, foi preso e condenado a uma pena de três anos. Em 80, fundou o PT e para popularizar o partido candidatou-se a governador de São Paulo, em 1982. Em 86, foi eleito deputado federal constituinte com o recorde nacional de votos: mais de 600 mil. Foi o líder da bancada petista na Constituinte e o responsável pela negociação de muitos avanços principalmente no capítulo dos Direitos Sociais. Sua candidatura à Presidência formou a Frente Brasil Popular, uma aliança entre o PT, PC do B e PSB. É um candidato de esquerda.

□ Se for eleito Presidente da República, o primeiro ato de governo do candidato da Frente Brasil Popular, Luiz Inácio Lula da Silva, será a decretação da moratória da dívida externa. Lula considera “impossível a execução de uma política de desenvolvimento com essa sangria de recursos”. Pretende promover ainda uma auditoria da dívida externa e instalar uma comissão de renegociação para fazer novos contratos que “garantam o desenvolvimento econômico e recuperação do poder aquisitivo”.

Com uma preocupação, quase exclusiva, em redistribuir renda, Lula quer aumentar progressivamente — seguindo sempre a mesma política — o valor do salário mínimo. O objetivo é chegar aos números indicados pelo Dieese, ou seja, cinco vezes o valor do salário mínimo atual. A mesma política salarial será aplicada às pensões e aposentadorias da Previdência Social, cujos recursos passarão a ser geridos por um Conselho, integrado também por trabalhadores.

Se eleito, fará uma reforma agrária urgente, afirmando que a questão agrária “gera injustiças sociais e econômicas”. Promete desapropriar todas as

terras improdutivas e que não cumprem a função social, garantindo que trabalhará no sentido de conseguir uma aprovação rápida no Congresso Nacional da lei complementar que assegura a execução da Reforma Agrária.

Os setores de educação e saúde serão “estatizados e de boa qualidade”. Lula observa que a estatização dos serviços de saúde tem que ser progressiva, já que o País está com uma estrutura insuficiente, o que força, de início, a manutenção de convênios da iniciativa privada com o Inamps, desde que obedidas as regras contratuais. Lula admite a participação da iniciativa privada nestes dois setores, mas observa que não haverá “um centavo” de incentivo ou recurso público e que na área educacional haverá “um controle rigoroso na qualidade de ensino”.

No governo da Frente Brasil Popular é admitida a participação de capital estrangeiro, desde que subordinado “aos interesses nacionais e inexistindo fuga de capitais na forma de remessas de lucros ou pagamento de **royalties**”. Quer incrementar as relações econômicas com a Europa e Japão e defende o rompimento de relações diplomáticas com a África do Sul.